

APAE - SOROCABA

CNPJ Nº 71.869.358/0001-01

Sorocaba / SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

ACR - RA/SP 027/2017

31 DE DEZEMBRO DE 2016



ACR - RA 027/2017

Sorocaba (SP), 28 de Dezembro de 2017.

Ilmo Sr.
Presidente da
APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA
Sorocaba / SP

Att. Sr. Gerson Machulis Junior

Objetiva á presente encaminhar a Vossa Senhoria o incluso relatório circunstanciado de auditoria relativo ao balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2016. Este relatório contém, dentre outros, algumas recomendações destinadas ao aprimoramento dos controles internos, de procedimentos contábeis e operacionais. Os trabalhos de auditoria foram realizados de acordo com as Normas de Auditoria das Demonstrações Contábeis aprovadas pela Resolução CFC nº 1.203/09 e, subsidiariamente de acordo com os dispositivos da NBC - P 1 - Normas Profissionais de Auditor Independente, aprovados pela Resolução CFC nº 821/97.

De se ressaltar, que durante os trabalhos, os assuntos aqui abordados foram discutidos pessoalmente com os responsáveis pelas áreas financeira e contábil interna dessa Entidade.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a confiança depositada em nossos trabalhos, bem como a atenção dispensada pelos administradores e colaboradores no decurso dos trabalhos.

Este relatório circunstanciado contém 46 (quarenta e seis) folhas.

Dispondo-nos a adicionais esclarecimentos, firmamo-nos,

Atenciosamente,


ANTONIO CARLOS RUBINATO
Contador-CRC/SP111745/O-5

Praça Frei Barão, 82 • Centro • Sorocaba • SP • 13035-170

Fone (15) 3233.6945 Fax(15) 3233.5527

E-mail: auditorindependente@hotmail.com

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA,
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS CONTROLES INTERNOS, E
VALIDAÇÃO DOS SALDOS CONTÁBEIS**

ENTIDADE: APAE SOROCABA

PERÍODO AUDITADO: 01/01/2016 A 31/12/2016

ESCOPO DOS TRABALHOS

Nosso trabalho teve como escopo a avaliação dos procedimentos contábeis, dos controles internos e do cumprimento das normas legais e regulamentares estabelecidas.

METODOLOGIA APLICADA

Os trabalhos foram desenvolvidos à base de aplicação de testes seletivos, portanto, por amostragem.

Os principais procedimentos aplicados constituem basicamente em:

- a-) Análise das conciliações bancárias em relação aos registros contábeis
- b-) Revisão de cálculos;
- c-) Verificação dos documentos comprobatórios das despesas;
- d-) Análise dos pagamentos efetuados em datas subsequentes em relação às obrigações em aberto no balanço de 31/12/2016;
- e-) Outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Considerando que o nosso trabalho é desenvolvido em base de testes seletivos, com o objetivo de expressar nossa opinião sobre os procedimentos praticados pela entidade, conseqüentemente, este relatório não abrangeu todos os fatos, que possivelmente seriam detectados através de uma análise executada com maior abrangência.

A P A E SOROCABA

**NOTAS, COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES SOBRE OS
TRABALHOS EFETUADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

I. ATIVO CIRCULANTE

O Ativo circulante apresenta sua composição da seguinte forma:

RUBRICAS	SALDOS EM 31/12/2016	SALDOS EM 31/12/2015
Disponível	533.546,20	508.683,66
Outros Créditos	87.817,17	23.771,36
TOTAL	621.363,37	532.455,02

I.1 DISPONIBILIDADES

A composição das disponibilidades é a seguinte:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
Caixa Fundo Fixo	1.050,23
Bancos conta Movimento	17.822,75
Aplicações Financeiras	514.673,22
TOTAL	533.546,20

Procedimentos aplicados:

- a-) Examinamos o saldo do caixa apresentado para a data do balanço, mediante confrontação com registros subsidiários;
- b-) Por critério de amostragem examinamos documentos de despesas consignados na movimentação financeira do caixa;
- c-) Discutimos com a administração da entidade sobre aspectos de controle e procedimentos inerentes a área de caixa;
- d-) Para as contas mantidas em estabelecimentos bancários, aplicamos procedimentos de rotina, mediante exame dos extratos bancários, conciliações bancárias e testes de transferências entre contas correntes.

Comentários dos auditores:

(i) Analisamos os registros na rubrica "Caixa" onde selecionamos lançamentos, e confrontamos com a documentação comprobatória, a fim de verificar a adequação contábil e fiscal, e constatamos a sua adequação;

(ii) Nos procedimentos alternativos, aplicados sobre os saldos mantidos em estabelecimentos bancários, e que foram desenvolvidos com base nos extratos apresentados pela administração da empresa, não resultou nenhuma situação merecedora de destaque.

(iii) Sob um enfoque fiscal, especial atenção foi dada aos seguintes aspectos:

- Real existência do saldo de caixa, mesmo registrada em rubrica adversa;
- Qualidade dos documentos que compõem os movimentos de caixa; e
- Utilização de mecanismos apropriados para fins de transferência de valores entre contas de titularidade da instituição.

O resultado dos nossos trabalhos demonstrou uma situação satisfatória, sem a necessidade de recomendações adicionais.

1.2. OUTROS CRÉDITOS

O Realizável está representado e composto da seguinte forma em 31 de dezembro de 2016:

CONTAS	31/12/2016	31/12/2015
Subvenções a Receber	64.806,20	0,00
Adiantamentos a Funcionários (Férias/Salários)	18.642,92	21.737,79
Despesas Antecipadas	4.368,05	2.033,57
TOTAL	87.817,17	23.771,36

1.2.1 - ADIANTAMENTOS E ANTECIPAÇÕES SALARIAIS

A composição da rubrica de adiantamentos salariais era a seguinte para a data do balanço:

	VALORES EM REAIS
Adiantamento de Salário	140,11
Adiantamentos de Férias	18.397,81
Outros Adiantamentos	105,00
TOTAL	18.642,92

Procedimentos aplicados:

- a-) Obtivemos controles subsidiários com a composição das contas de adiantamentos e procedemos ao confronto com os respectivos saldos contábeis;
- b-) Testes em documentos e posições auxiliares, na profundidade julgada necessária nas circunstâncias; e
- c-) Confronto do saldo contábil com o respectivo relatório do RH.

Comentários dos auditores:

(i) O saldo contábil registrado de adiantamento salarial (R\$ 33,00) advém do mês de setembro/2015, onde se efetivaram adiantamento no montante de R\$ 43.221,00 e procederam descontos em folha no montante de R\$ 43.188,00. A diferença apurada está no projeto "Educação".

(ii) A rubrica de adiantamento de férias trás no seu saldo o valor de R\$ 38,14 que é advindo do mês de setembro e que a não se justifica, devendo, portanto, ser ajustado. A rubrica também registra em 28/12 adiantamento de férias "projeto saúde" no valor de R\$ 3.041,59, e no entanto, a movimentação financeira no Bradesco foi de R\$ 3.401,59 (diferença de R\$ 360,00) a menor na contabilidade.

(iii) O adiantamento de rescisão efetuado em 18/12/2016, refere-se a ex-funcionária Alice Gonçalves Ferreira.

(iv) Em outros adiantamentos a importância de R\$ 360,00 foi repassada, em 28/12/15, a funcionária Ana Claudia Garrido Correa, e refere-se ao comentário feito no item (ii).

1.2.2 – SUBVENÇÕES A RECEBER

Correspondendo o saldo a valores a receber da subvenção municipal, por parte da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

1.2.3 – DESPESAS ANTECIPADAS

A composição da rubrica era a seguinte para a data do balanço:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
Prêmios de Seguros	4.368,05
TOTAL	4.368,05

Procedimentos aplicados:

a-) Obtivemos controles subsidiários com a composição das contas das despesas pagas no exercício e procedemos ao confronto com os respectivos saldos contábeis;

Comentários dos auditores:

(i) Constatamos neste exercício a entidade contratou, os seguintes seguros, conforme demonstramos no quadro que segue:

EMPRESA	DATA	VALOR PRÊMIO	QUANT. PARC.	AMORTIZADO	SALDO AMORT.
J.Cruz Corretora	01.04.2016	6.673,59	12	5.004,74	1.668,85
HDI Seguros	02.05.2016	1.640,62	12	1.094,01	546,61
Mapre Seguros S/A	22.10.2016	2.870,47	12	717,88	2.152,59
					4.368,05

2 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo não circulante apresenta sua composição da seguinte forma:

2.1 – IMOBILIZADO DE USO

A composição do grupo de bens imobilizados tangíveis e intangíveis estava composta da seguinte forma para a data do balanço.

Especificações	Valores em R\$		
	Custo Corrigido	Deprec. Acumulada	Valor Residual
Benfeitorias	1.800,00	(0,00)	1.800,00
Equip. e Máquinas	162.812,27	(26.518,59)	136.293,68
Móveis e Utensílios	32.083,41	(7.457,20)	24.626,21
Computadores e Periféricos	3.588,42	(448,50)	3.139,92
Veículos	127.847,12	(48.497,44)	79.349,68
Outras Imobilizações	402.029,55	(0,00)	402.029,55
Totais	730.160,77	(82.921,73)	647.239,04

Procedimentos aplicados:

a-) Obtivemos o razão contábil dos bens imobilizados e procedemos ao seu confronto com os saldos contábeis apresentados;

b-) Analisamos as taxas utilizadas no cálculo da depreciação dos bens tangíveis;

c-) Procedemos a testes no cálculo da depreciação para assegurarmos de sua razoabilidade;

d-) Procedemos a exames, por critério de amostragem, de adições e baixas do ativo imobilizado, em conexão com as contas de despesas que possuíam possíveis correlações.

Comentários dos auditores:

(i) Não obtivemos os controles analíticos dos bens patrimonizados, e portanto, não pudemos estabelecer o seu confronto com os saldos apresentados pela contabilidade.

(ii) As taxas de depreciação, ora em uso, são consagradas pela jurisprudência fiscal, no entanto, não foram aplicadas sobre todos os bens relacionados, ou seja, a rubrica "OUTRAS IMOBILIZAÇÕES" não teve registro de depreciações aplicadas. Também não pudemos identificar que imobilizações estão contidas nessa rubrica.

(iii) Os valores depreciados da rubrica veículos no período de 01/2015 a 06/2015 e de 08/2015 a 09/2015 o mês 07/2015 não sofreu depreciação), foram calculados em R\$ 1.937,46 ao mês, quando o correto seria de R\$ 1.550,00. Os meses de 10/2015 a 12/2015, tiveram os valores lançados corretamente.

Não constatamos no exercício de 2016, a contabilização dos ajustes sobre os valores contabilizados a maior nos períodos identificados, nem o lançamento da depreciação do mês faltante (07/2015).

(iii) Somos de opinião de que a entidade promova um levantamento físico completo de todos os bens móveis ativados, bem como do patrimônio mobiliário, segregando valores de terrenos e construções, conforme previsto na Lei 11.638/2007, e na NPC 24.

4 – PASSIVO CIRCULANTE E EXIGIVEL EM LONGO PRAZO

4.1 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A composição da rubrica em 31/12/2016 era a seguinte:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
Arredondamento da Folha de Salários	203,21
INSS a recolher	10.642,18
FGTS a recolher	13.467,38
IRRF a recolher	3.404,50
PIS Fopag a recolher	2.337,54
Contribuição Sindical	117,99
IRRF – Código 1708	85,36
PIS/COFINS/CSSL – Código 5952	277,17
TOTAL	30.535,33

Procedimentos aplicados:

a-) Para os encargos incidentes sobre a folha de salários, procedemos a verificação das bases relativas ao mês de Dez/2016, utilizando-nos do resumo da folha de pagamento do período fornecido pela instituição;

b-) No tocante ao INSS, FGTS, PIS FOLHA, IRRF e PIS/COFINS/CSLL (retidos), verificamos todas as guias de recolhimento relativas ao exercício de 2016, atentando para a devida autenticação dos documentos;

c-) Examinamos os DARF's de recolhimento de forma a assegurar a adequada utilização dos códigos de receita;

d-) Examinamos pagamentos efetuados por conta de serviços de terceiros, pessoas jurídicas e físicas, visando assegurar o adequado pagamento e a retenção das obrigações fiscais pertinentes,

e-) Para os demais casos examinamos a liquidação subsequente dos saldos.

Comentários da Auditoria:

(i) Do exame nas bases de cálculo dos impostos e contribuições em referência não resultou nenhuma situação merecedora de atenção;

(ii) Do exame das guias de recolhimentos quitadas durante o período analisado, não resultou nenhuma situação merecedora de atenção;

4.2 – CONTAS À PAGAR

A composição da rubrica em 31/12/2016 era a seguinte:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
Fornecedores	10.533,39
IPTU	6.557,26
TOTAL	17.090,65

Procedimentos Aplicados:

(a) Examinamos as notas fiscais que se referem a despesas diversas pelo fornecimento de bens e serviços, provisionadas para pagamento após o encerramento do exercício vigente.

Comentários dos auditores:

(i) O resultado dos nossos trabalhos demonstrou uma situação satisfatória, sem a necessidade de recomendações adicionais.

4.3 – DESPESAS DE PESSOAL - PROVISÕES

A composição da rubrica em 31/12/2016 era a seguinte:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
Provisão de Férias a Pagar	153.347,51
Provisão do FGTS s/ Férias	<u>12.267,42</u>
TOTAL	165.614,93

Procedimentos Aplicados:

(a) Examinamos as folhas de pagamentos do período de 01/2016 à 12/2016 de forma a assegurar a sua devida escrituração;

(b) Testamos os cálculos concernentes à provisão e sua movimentação até 31/12/2016.

Comentários dos auditores:

(i) Confrontamos os valores contabilizados, com a planilha fornecida pelo RH, e não constatamos divergências, portanto, sem a necessidade de recomendações adicionais.

4.4 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

A composição da rubrica em 31/12/2016 era a seguinte:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
Empréstimos a Pagar	<u>2.000,00</u>
TOTAL	2.000,00

Procedimentos Aplicados:

(a) Consta que no exercício de 2010, a Entidade obteve empréstimo junto a Associação Benjamim Constant, no valor de R\$ 72.000,00, conforme contrato estabelecido entre as partes. Nesse contrato, o saldo devedor será pago em 72 (setenta e duas) parcelas de R\$ 1.000,00, vencendo-se a primeira em 31/03/2015. No exercício de 2015, foram quitadas 10 (dez) parcelas. O saldo aqui registrado refere-se a duas parcelas e que foram quitadas em 2017.

Comentários dos auditores:

(i) O resultado dos nossos trabalhos demonstrou uma situação satisfatória, sem a necessidade de recomendações adicionais.

4.5 – SUBVENÇÕES Á REALIZAR – R\$ 21.751,80

Refere-se o saldo a valores de receitas a realizar, sobre os valores provisionados para o exercício de 2016.

4.6 – OUTROS ADIANTAMENTOS – R\$ 43.131,00

Refere-se o saldo a adiantamentos da prestação de contas junto a Prefeitura Municipal de Sorocaba, conforme contratos.

5 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

A composição da rubrica em 31/12/2016 era a seguinte:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
Empréstimos e Financiamentos à Pagar	48.000,00
TOTAL	48.000,00

Procedimentos aplicados:

(a) Conforme descrito no item 4.4, no exercício de 2010, a Entidade obteve empréstimo junto a Associação Benjamim Constant, no valor de R\$ 72.000,00, a ser pago em 72 (setenta e duas) parcelas de R\$ 1.000,00, vencendo-se a primeira em 31/03/2015. O saldo aqui registrado corresponde a 48 parcelas a vencer.

Comentários dos auditores:

(i) O resultado dos nossos trabalhos demonstrou uma situação satisfatória, sem a necessidade de recomendações adicionais.

6. PATRIMÔNIO SOCIAL

A composição do Patrimônio Social era a seguinte para a data base de 31/dez/2016.

	<u>VALORES EM REAIS</u>
Patrimônio Social acumulado	928.773,49
Ajustes de Exercícios Anteriores	(7.656,07)
Déficit do Exercício	(10.278,82)
TOTAL	910.838,60

Procedimentos aplicados:

a-) Examinamos as contas e sua adequação com a legislação vigente;

b-) Obtivemos e examinamos o estatuto social da entidade, no tocante aos aspectos que tocam a escrituração contábil da sociedade;

Comentários dos auditores:

(i) O Patrimônio Social encontra-se em conformidade com as disposições constantes no estatuto social vigente em 31/dez/2016.

7 – RESULTADO DO PERÍODO

7.1 – RECEITAS DA ATIVIDADE

No exame das receitas operacionais, verificamos que aproximadamente 49% referem-se aos repasses de subvenções do poder público; 31% de doações; 14% de rendas com eventos, receitas financeiras e outras receitas, e o restante representando 6% de outras receitas operacionais, conforme preconiza o Capítulo V, artigo 55º de seu Estatuto Social.

A composição da receita por origem é a seguinte:

	<u>VALORES EM REAIS</u>
<u>Receitas de Serviços – Área Social / Baixa Complexidade</u>	
Subvenção Municipal para Custeio	337.605,79
Subvenção Estadual para Custeio	30.432,38
Subvenção CMDCA/FUMCAD	54.475,52
Subvenção – Auxílio (Emenda Parlamentar)	<u>30.000,00</u>
	452.512,69





Receitas de Serviços – Área Social / Média Complexidade

Subvenção Municipal para Custeio	140.780,74
Subvenção Federal para Custeio	<u>45.083,37</u>
	185.864,11

Receitas de Serviços – Área Social / Média Complexidade

Doações	71.352,89
Telemarketing	698.159,06
Captação de Recursos	103.840,78
Multa de Depósito Judicial	111.361,22
Federação das APAES	<u>29.949,05</u>
	1.005.663,00

Receitas de Serviços – Área da Educação

Subvenção Estadual para Custeio	630.000,00
Subvenção Federal PDDE	<u>12.400,17</u>
	642.400,17

Receitas de Serviços – Área da Saúde

Subvenção Municipal para Custeio	<u>87.910,02</u>
	87.910,02

Receitas das Atividades Sustentáveis

Receitas Financeiras	61.189,13
Receitas do Créditos Tributários	23.060,00
Receitas de Eventos	167.212,98
Receitas de Aluguéis	5.740,00
Outras Receitas	<u>8.895,33</u>
	266.097,44

Outras Receitas Operacionais

Despesas Recuperadas	115.710,68
Isenções Usufruídas	482.983,64
Estorno de Despesas c/ Projetos Subsidiados pelo Governo	<u>1.364.639,74</u>
	1.963.334,06

TOTAL DAS RECEITAS DO EXERCÍCIO

4.603.781,49

Procedimentos aplicados:

a-) No exame das receitas verificamos os repasses do poder público, e as receitas provenientes de contribuições e doações, dos eventos realizados, das rendas de locação de imóveis, e das demais receitas.

b-) Que essas transações estão suportadas por documentação hábil, representada por ordens bancárias. O resultado dos testes aplicados na amostra selecionada evidenciou a regularidade dos registros e das transações.

Comentários da auditoria:

(i) O resultado dos nossos trabalhos demonstrou uma situação satisfatória, sem a necessidade de recomendações adicionais, além daquelas já citadas neste parágrafo.

7.2. – CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS – GASTOS OPERACIONAIS

Correspondem as Despesas Gerais e Administrativas, Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais, Outras Despesas Operacionais, e Apuração do Resultado, cujos registros estão suportados por documentos idôneos e revestidos de todas as formalidades legais.

Despesas Operacionais – Área Social / Baixa Complexidade

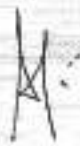
Despesas com Projetos – Subvenção Municipal	341.671,75
Despesas com Projetos – Subvenção Estadual	30.431,38
Despesas com Projetos – Subvenção CMDCA	54.562,34
Despesas com Projetos – Emendas Parlamentares	34.847,12
	<u>461.512,59</u>

Despesas Operacionais – Área Social / Média Complexidade

Despesas com Pessoal e Encargos	1.428.118,80
Despesas com Projetos – Subvenção Municipal	201.145,24
Despesas com Contribuições – Pis s/ Folha	9.071,06
	<u>1.638.335,10</u>

Despesas Operacionais – Área da Educação

Despesas com Pessoal e Encargos	1.052.905,64
Serviços de Terceiros	63.282,02
Despesas com Localização e Funcionamento	153.197,64
Despesas com o Expediente	31.609,44
Gastos com Propaganda e Publicidades	5.274,66
Despesas com Comunicação	29.071,15
Despesas e Encargos Financeiros	10.373,07
Despesas com Utilização de Equipamentos	4.930,50
Despesas com Locomoção	30.754,60
Gastos com Seguros	13.548,84
Encargos de Depreciações e Amortizações	41.775,92
Despesas Tributárias	49.347,11
Outras Despesas	3.057,70
Despesas com Projetos – Secret.Educação/PDDE	642.472,02
	<u>2.131.600,31</u>



Despesas Operacionais – Área da Saúde

Despesas com Pessoal e Encargos	220.100,42
Despesas com Contribuições – PIS s/ Folha	1.553,60
Despesas com Projetos – Subvenção Municipal	94.357,01
	<u>316.011,03</u>

Despesas com Atividades Sustentáveis

Gastos com Eventos	66.073,52
	<u>66.073,52</u>

TOTAL DAS DESPESAS DO EXERCÍCIO

4.613.532,55

Procedimentos aplicados:

a-) Analisamos por amostragem a documentação referentes as despesas incorrida no exercício de 2016, e confrontamos os documentos de suporte com os registros contábeis. Dentro da amostra selecionada constatamos que os valores estão adequadamente representados nos relatórios contábeis.

8 – OUTROS COMENTÁRIOS

8.1 – Contribuições Sociais Usufruídas

No exercício de 2016, e em conformidade com o artigo 29, da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, a entidade fez jus à isenção do pagamento das contribuições, conforme tratamento dado pelos artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212 de 24 de Julho de 1991.

8.2 - Recursos humanos

Os testes aplicados nesta área se limitaram ao exame dos procedimentos relacionados com a movimentação de pessoal (admissão e demissão), cálculo da folha de pagamento, férias, rescisão contratual e encargos sociais (INSS, FGTS e PIS). Analisamos também as obrigações acessórias (RAIS e CAGED). Os resultados dos exames aplicados na amostra selecionada foram satisfatórios.

8.3 - Demonstrações contábeis

Examinamos o Balanço Patrimonial consolidado, a Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício consolidado, a Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social, o Demonstrativo do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas às demonstrações contábeis, elaboradas no exercício de 2016 comparativas às do exercício de 2015. Nos nossos exames verificamos que referidas demonstrações encontram-se em conformidade com a formatação exigida pelas Normas Brasileiras de Contabilidade e com os registros contábeis de encerramento do exercício.

8.4 - Livros Diários

Encontramos emissão, e registro para os Livros Diários dos últimos 5 (cinco) anos.

8.5 - Livros Razões Contábeis

Encontramos emissão e encadernação para os Livros Razões Contábeis.

8.6 - Outros Documentos

Examinamos nesta oportunidade os documentos que seguem relacionados correspondendo às obrigações acessórias. São elas:

- A ECF do exercício 2017, ano base 2016 foi devidamente apresentada no prazo regulamentar junto a Secretaria da Receita Federal.
- A Declaração de Débitos e Créditos Tributáveis Federais – DCTF (**obrigatoriedade conforme Instrução Normativa RF nº 1.478/2014**), do exercício de 2016, foram apresentadas dentro dos prazos regulamentares.
- Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF, referente ao exercício 2017, ano base 2016 foi apresentada junt a Secretaria da Receita Federal dentro do prazo regulamentar.
- Estatuto Social, datado de 10/12/2015 registrado no 1º Oficial de Registro de Pessoa Jurídica de Sorocaba, sob. nº 80.989 de 17/12/2015.



OPINIÃO CONCLUSIVA

Atendendo ao que determina a Lei nº 11.638/2007, e Lei nº 6.404/1976, relativamente aos registros e controles contábeis e administrativos praticados, no curso deste exercício de 2016 pela entidade "APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA" na execução dos seus serviços vinculados às atividades que lhe são próprias, **CONCLUÍMOS**, que esses controles exercidos são considerados eficientes, de conformidade com os comentários e recomendações efetuados neste relatório circunstanciado, para atendimento aos dispositivos das Leis citadas.

Ao darmos por encerrado os trabalhos de auditoria correspondentes ao exercício de 2016, nós colocamos ao inteiro dispor de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Atenciosamente,



ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA
CRC2SP035035


Antonio Carlos Rubinato
Contador - CRC1SP111745/O-5
Registro no IBRACON nº5.092

APAE - SOROCABA

SOROCABA / SP

- RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- BALANÇO PATRIMONIAL - 31/12/2016
- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
- DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
- NOTAS EXPLICATIVAS

RA -027 / 2017



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ACR – RA/SP 027/2017

**Aos
Diretores e Administradores da
APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE
SOROCABA
Sorocaba - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas que fazem parte das referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA em 31 de dezembro de 2016, o resultado de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2016, foram por nós revisadas, e emitimos relatório sem modificação de opinião datado de 31 de outubro de 2.016.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores

A administração da **APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA** é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse assunto.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório esta, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da a **APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- **Obtermos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.**
- **Avaliarmos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.**
- **Concluimos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.**
- **Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação adequada.**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.




Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Sorocaba (SP), 28 de dezembro de 2017.-



**ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA
CRC2SP035035**


**Antonio Carlos Rubinato
Contador - CRC1SP111745/O-5
Registro no Ibracon nº 5.092**



APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

Balanço Patrimonial

**Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais-R\$)**

ATIVO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	533.546	508.684
Adiantamento a funcionários	18.643	21.737
Outros créditos	64.806	-
Despesas antecipadas	4.368	2.034
	<u>621.363</u>	<u>532.455</u>
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado		
Operacional	730.161	695.314
(-) Depreciação acumulada	(82.922)	(35.919)
	<u>647.239</u>	<u>659.395</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>1.268.602</u>	<u>1.191.850</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais-R\$)

PASSIVO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
CIRCULANTE		
Fornecedores	17.110	3.198
Empréstimos de curto prazo	2.000	2.000
Salários a pagar	203	-
Encargos sociais à recolher	24.227	36.876
Pis s/ folha de salários a recolher	2.338	1.721
Impostos retidos a recolher	3.767	3.081
Provisão de férias e encargos	165.615	156.200
Subvenções à realizar	21.752	-
Outros adiantamentos	43.131	-
Passivo diferido	29.620	-
	<u>309.763</u>	<u>203.076</u>
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos de longo prazo	48.000	60.000
	<u>48.000</u>	<u>60.000</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social	928.774	1.060.145
Resultado do período	(10.279)	(179.630)
Ajustes de exercícios anteriores	(7.656)	48.259
	<u>910.839</u>	<u>928.774</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>1.268.602</u>	<u>1.191.850</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

Demonstrações do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais-R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
RECEITAS PREST.SERVIÇO – ÁREA SOCIAL / BAIXA COMPLEXIDADE		
Subvenções e/ou convênios públicos p/ custeio	452.513	63.973
		63.973
DESPESAS OPERACIONAIS – ÁREA SOCIAL / BAIXA COMPLEXIDADE		
Despesas administrativas e operacionais	(461.513)	-
		-
DÉFICIT OPERACIONAL – ÁREA SOCIAL – BAIXA COMPLEXIDADE	(9.000)	63.973
RECEITAS PREST.SERVIÇO – ÁREA SOCIAL / MÉDIA COMPLEXIDADE		
Subvenções e/ou convênios públicos p/ custeio	185.864	627.000
Doações pessoas físicas e jurídicas p/ custeio	1.005.663	849.658
	1.191.527	1.476.658
DESPESAS OPERACIONAIS – ÁREA SOCIAL / MÉDIA COMPLEXIDADE		
Gastos com pessoal e encargos	(1.428.119)	(1.285.443)
Outras despesas	(201.145)	(23.454)
Despesas com contribuições	(9.071)	(2.976)
	(1.638.335)	(1.311.873)
DÉFICIT OPERACIONAL – ÁREA SOCIAL – MÉDIA COMPLEXIDADE	(446.808)	164.785
RECEITAS PREST.SERVIÇO – ÁREA EDUCAÇÃO		
Subvenções e/ou convênios públicos p/ custeio	630.000	630.000
Subvenção Federal – PDDE	12.400	-
	642.400	630.000



DESPESAS OPERACIONAIS – ÁREA EDUCAÇÃO

Gastos com pessoal e encargos	(1.052.906)	(1.085.988)
Serviços de terceiros	(63.282)	(63.087)
Despesas com localização e funcionamento	(153.198)	(60.633)
Despesas com expediente	(31.609)	(6.746)
Despesas com publicidade	(5.275)	(2.644)
Despesas com locomoção	(30.754)	(47.732)
Depreciação de bens próprios	(41.772)	(29.649)
Despesas com comunicações	(29.071)	(21.882)
Despesas com seguros	(13.549)	(19.016)
Despesas financeiras	(10.363)	(7.035)
Despesas com utilização de equipamentos	(4.930)	(594)
Despesas com tributos	(24.832)	(6.201)
Despesas com contribuições	(24.515)	(18.381)
Ações sociais complementares	(3.057)	(1.534)
Despesas com Projetos – PDDE	(642.472)	-
Outras despesas operacionais	-	(25.049)
	(2.131.591)	(1.396.171)

DÉFICIT OPERACIONAL – ÁREA EDUCAÇÃO

(1.489.191) (766.171)

RECEITAS PREST.SERVIÇO – ÁREA SAÚDE

Subvenções e/ou convênios públicos p/ custeio	87.910	-
Doações pessoas físicas e jurídicas p/ custeio	-	-
	87.910	-

DESPESAS OPERACIONAIS – ÁREA SAÚDE

Gastos com pessoal e encargos	(220.100)	(106.155)
Outras despesas	(94.357)	(2.935)
Despesas com contribuições	(1.554)	(79)
	(316.011)	(109.169)

DÉFICIT OPERACIONAL – ÁREA SAÚDE

(228.101) (109.169)

RECEITAS DAS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

Receitas financeiras	60.652	53.138
Créditos da nota fiscal paulista	23.080	59.756
Eventos	167.213	185.014
Outras receitas	14.635	87.074
	265.560	384.982

A



DESPESAS COM ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS		
Eventos	(66.074)	(101.529)
	<u>(66.074)</u>	<u>(101.529)</u>
SUPERÁVIT DAS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS	199.486	466.951
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
Isenções usufruídas	482.984	146.798
Recuperação de despesas	115.711	36.700
Estorno de Despesas com Projetos	1.364.640	-
	<u>1.963.334</u>	<u>183.498</u>
DÉFICIT DO EXERCÍCIO (TODA ENTIDADE)	(10.279)	(179.630)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais-R\$)

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>SUPERÁVITS/ DÉFICTS ACUMULADOS</u>	<u>TOTAL DO PATRIMONIO SOCIAL</u>
SALDOS EM 31/12/2012	530.802	530.832
Superávit do exercício	256.700	256.700
SALDOS EM 31/12/2013	787.502	787.502
Superávit do exercício	106.813	106.813
Ajuste de exercício anterior	165.830	165.830
SALDOS EM 31/12/2014	1.060.145	1.060.145
Déficit do Exercício	(179.630)	(179.630)
Ajuste de exercício anterior	48.259	48.259
SALDOS EM 31/12/2015	928.774	928.774
Déficit do Exercício	(10.279)	(10.279)
Ajuste de exercício anterior	(7.656)	(7.656)
SALDOS EM 31/12/2016	910.839	910.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Resultado (superávit/déficit) do exercício	(10.279)	(179.630)
Depreciações e amortizações	47.003	29.649
Ajuste de exercício anterior	(7.656)	48.259
Caixa operacional antes dos movimentos de capital de giro	29.068	(101.722)
Acréscimo/Decréscimo do Ativo Circulante		
Outros Créditos	(64.806)	-
Adiantamentos á funcionários	3.095	2.411
Despesas antecipadas – seguros	(2.334)	(2.034)
	(64.045)	377
Acréscimo/Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	13.912	958
Empréstimos	(12.000)	(10.000)
Salários e ordenados	203	(59.046)
Encargos sociais	(12.649)	7.787
Pis sobre a folha de salários	617	434
Impostos retidos	686	(1.476)
Provisão de férias e encargos	9.415	156.200
Outras Contas	94.503	-
	94.687	94.857
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	59.710	(6.488)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Adições no imobilizado	(34.848)	(2.900)
Baixa de depreciação	-	(30)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(34.848)	(2.930)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	24.862	(9.418)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	508.684	518.102
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	533.546	508.684
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	24.862	(9.418)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2016

(Em reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA**, fundada em 20/04/1970, é uma entidade jurídica que tem como atividade preponderante a área de Assistência Social onde defende e garante os direitos sociais do deficiente intelectual e múltiplo. Desenvolve a introdução ao mercado de trabalho de acordo com a Resolução 33, habilita e reabilita de acordo com a Resolução 34; oferece atendimento ao fortalecimento do vínculo familiar de acordo com a Resolução 109. Todos os atendimentos são totalmente gratuitos aos assistidos de 0 a 55 anos. Por conseguinte, realizam funções primárias da responsabilidade do governo, a presente empreitada social transcende as entidades civis pactuantes, guindando à irrefutável configuração de uma verdadeira parceria com o próprio Estado, do qual recebe subvenções municipais, estaduais e federais.

NOTA 2 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A **APAE** mantém um sistema de escrituração uniforme de seus atos e fatos administrativos, por meio de processamento eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias serão transcritas no "Diário" da **APAE**, e posteriormente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da **APAE** é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas e extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A **APAE** mantém em boa ordem a documentação contábil.



NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a-) Caixa e Equivalente de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/2010 (NBC-TG03)-Demonstração do Fluxo de Caixa, e Resolução do CFC nº 1.376/2011 (NBC-TG26)-Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa de depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

b-) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais acrescidos dos rendimentos pró-rata até da data do balanço;

c-) Ativos Circulantes e não Circulantes – Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.

d-) Imobilizado: Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação ou amortização calculadas pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 8 e leva em consideração a vida útil e a sua utilização (Resolução CFC nº 1.177;/2009 – NBC-TG27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do Imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

e-) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

f-) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

g-) Provisão de Férias e Encargos: A APAE efetua o provisionamento das férias e encargos com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, conforme determina do Pronunciamento Técnico CPC 25.

h-) Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram contabilizadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.



i-) **As Receitas e Despesas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de Competência.

j-) **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a **APAE** e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

k-) **Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da **APAE** use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Desvalorização de Estoques, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A **APAE** revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

NOTA 4 - MUDANÇAS NAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Conforme determinação da Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC – TG27), a **APAE** alterou suas taxas de depreciação de acordo com a vida útil e utilização dos bens. Este fato, conforme previsão da Resolução CFC nº 1.179/09 (NBC TG 23) – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, é considerado uma mudança de estimativa contábil prospectiva (vida útil de um ativo depreciável ou no padrão esperado de consumo dos futuros benefícios desse tipo de ativo), afetando a depreciação do período corrente e de cada um dos períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo. O valor do montante de mudança na estimativa contábil que teve efeito no período corrente é de R\$ 38.203,09, e o montante dos efeitos de períodos subsequentes não foi divulgado porque a estimativa do mesmo é impraticável.

NOTA 5 - OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Este grupo é composto pelos seguros, assinaturas contratadas e material didático do exercício de 2016, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, bem como adiantamentos, valores a recuperar e outros valores a receber das atividades sustentáveis.



NOTA 6 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Este grupo está composto por valores a receber e recuperar, onde consistem de valores cujo vencimento ultrapassem o exercício subsequente.

NOTA 7 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL)

Os ativos imobilizados e intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

NOTA 8 – OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

NOTA 9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício (mencionar se superávit ou déficit) ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e passivo, em decorrência de sua avaliação e preço de mercado.

NOTA 10 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme Lei 6.404, artigo 186, foram escriturados no Patrimônio Líquido, conta Ajuste de Exercícios Anteriores os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior ou mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela **APAE**.

NOTA 11 – SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS – RESOLUÇÃO CFC Nº 1.305/10 (NBC TG 07)

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a **APAE** presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social e as despesas de acordo com suas finalidades. A **APAE** para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10.



NOTA 12 – RECEITAS (Resolução CFC nº 1.187/09)

Em atendimento a Resolução CFC nº 1.187/09 que aprova a NBC TG 30, as receitas (fontes de recursos) da **APAE** oriundas das atividades fins são mensuradas pelo valor da vaga da contraprestação recebida ou a receber, baseada na Planilha de Custo Educacional (Lei nº 9.870/99) e formalizada pelo contrato de prestação de serviços educacionais. Outras receitas também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a **APAE**.

As atividades sustentáveis (meios) possuem previsão no artigo 6º de seu Estatuto Social, e para que a **APAE** faça jus a imunidade e/ou isenção tributária sobre essas atividades, conforme estabelecido no artigo 14 do Código Tributário Nacional, artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e artigo 29 da Lei nº 12.101/09, cumpre os requisitos abaixo:

- 1-) As atividades sustentáveis (meios) possuem previsão estatutária;
- 2-) O Estatuto Social indica que os recursos (superávits) obtidos por essas receitas são revertidos (para atendimento) de suas atividades fins (objetivos sociais);
- 3-) O Demonstrativo do Superávit ou Déficit (DSDE) da **APAE** demonstrou que as atividades sustentáveis são superavitárias, ou seja, geram recursos para a manutenção das atividades fins (objetivo social).

NOTA 13 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (FATOS EXTRAORDINÁRIOS)

Conforme a Resolução 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória nº 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas/Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional".

NOTA 14 – DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Déficit do exercício de 2016 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 877/2000 que aprovou a NBC T 10.19 em especial no item 10.19.2.7 que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembleia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta do Patrimônio Social.

NOTA 15 – DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente a **APAE** recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e jurídicas, previstas no seu Estatuto Social.

NOTA 16 – IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A **APAE** é imune à incidência de impostos por força do art. 150, inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05/10/1988.



NOTA 17 – FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A **APAE** é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

NOTA 18 – CARACTERÍSTICAS DA IMUNIDADE

A **APAE** é uma associação sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CNT, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 19 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CNT).

O artigo 14 do CNT estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social do **APAE** e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

a-) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo 21, parágrafo 2º do Estatuto Social);

b-) aplicam integralmente no País, os seus recursos na manutenção dos objetivos institucionais (artigo 55, parágrafo único do Estatuto Social);

c-) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 20 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A **APAE** é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei nº 9.532/97, Lei nº 11.096/06 e Lei nº 12.101/09 e Decreto nº 7.237/10.

NOTA 21 – CARACTERÍSTICAS DA ISENÇÃO

A **APAE** é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e artigo 1º da Lei nº 12.101/09 e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumpridas situações condicionadas em Lei (contra-partida);
- existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a **APAE** é dispensada de pagar o tributo;
- há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.



NOTA 22 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A **APAE** é uma entidade beneficente de assistência social, educação e saúde (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29º da Lei nº 12.101/09, cumpre os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- * não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- * aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- * não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio sob qualquer forma ou pretexto;
- * atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- * tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas;
- * consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei nº 8.742/93 (LOAS) e Decreto nº 6.308/07.

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- * possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS;
- * mantém sua escrituração contábil regular que registra as receitas e despesas, bem como a aplicação da gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
- * conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificações da situação patrimonial;
- * cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- * elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 23 – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09, entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.



CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

- 20% sobre a folha de salários e serviços autônomos e individuais:
- RAT/SAT 2,34%
- TERCEIROS 5,8%
- 15% sobre serviços prestados por cooperativas
- COFINS 3%
- CSLL – Contribuição social de 9% sobre o lucro líquido
- Imposto de Renda – 15%

NOTA 24 – OBRIGAÇÕES DA ÁREA SOCIAL PARA FNS DE CEBAS

Os serviços de assistência social desenvolvidos pela **APAE** são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto nº 6.308/07, Resolução do CNAS nº 109/09 e Resolução CNAS nº 16/10, e por esse motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e como consequência, por elas, regulamentada.

A Instituição possui registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal de Assistência Social.

NOTA 25 – FORMALIZAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS

A **APAE** no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais formaliza em cada Projeto Social; os objetivos do mesmo; origem dos recursos; infra-estrutura; tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 6.308/07); público-alvo; capacidade de atendimento; recurso financeiro utilizado; recursos humanos envolvidos; abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

NOTA 26 – TIPIFICAÇÃO DAS AÇÕES ASSISTÊNCIAIS, CUSTOS ENVOLVIDOS E FORMA DE CONTABILIZAÇÃO

A **APAE** em atendimento a Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07 tipificou suas atividades de assistência social conforme exposto na Demonstração de Superávit/Déficit do Exercício.

GERSON MACHULIS JUNIOR
PRESIDENTE
RG. 15.501.896-6
CPF: 042.412.308-81

DELTA CONTABILIDADE
CNPJ: 10.814.477/0001-64
SILVIA JANAINA MORAL
CRC1SP250727/O-0



APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ

1) Índice de Liquidez Corrente

Objetivo

Medir a capacidade da entidade em saldar seus compromissos financeiros e dívidas a curto prazo.

Portanto, quanto maior for o índice, melhor é a situação da entidade.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 1,71 e 2,00: Excelente.
- b) Entre 1,41 e 1,70: Adequado.
- c) Entre 1,11 e 1,40: Baixo.
- d) Entre 0,80 e 1,10: Péssima.

Índice da Entidade	
31/12/2016	31/12/2015
2,00	2,62

ATIVO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE

2) Índice de Liquidez Seca

Objetivo

Medir a capacidade da entidade de pagamento das dívidas na hipótese extrema de não conseguir vender o seu estoque. Quanto maior for o índice, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 2,01 e 2,80: Excelente.
- b) Entre 1,41 e 2,00: Boa.
- c) Entre 1,01 e 1,40: Normal.
- d) Entre 0,60 e 1,00: Baixa.

Índice da Entidade	
31/12/2016	31/12/2015
1,72	2,50

DISPONIBILIDADES

PASSIVO CIRCULANTE



APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ

3) Índice de Liquidez Geral

Objetivo

Medir a capacidade da entidade em saldar suas dívidas a curto e longo prazos com recursos disponíveis em seu ativo circulante e longo prazo. Mede também a habilidade de pagar. Quanto maior for o índice, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 1,61 e 1,80: Excelente (e ideal para iniciar um plano de expansão da entidade).
- b) Entre 1,31 e 1,60: Adequada.
- c) Entre 1,11 e 1,30: Baixa (mas adequada após um plano de expansão).
- d) Entre 0,81 e 1,10: Perigosa.
- e) Entre 0,60 e 0,80: Péssima

Índice da Entidade	
31/12/2016	31/12/2015
1,73	2,02

$$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REAL. L. PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIG. L. PRAZO}}$$

4) Índice de Liquidez Imediata

Objetivo

Medir a capacidade da entidade em pagar suas dívidas com os recursos que são líquidos e certos, ou seja, dinheiro em caixa. Quanto maior for, melhor será a liquidez da entidade.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 0,21 e 0,26: Excelente.
- b) Entre 0,17 e 0,20: Boa.
- c) Entre 0,07 e 0,16: Normal.
- d) Entre 0,01 e 0,06: Baixa.

Índice da Entidade	
31/12/2016	31/12/2015
1,72	2,50

$$\frac{\text{DISPONIBILIDADES IMEDIATAS}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$



APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ

5) Índice de Margem de Garantia

Objetivo

Avaliar se os ativos da entidade são suficientes para saldar os compromissos financeiros da empresa, na hipótese de liquidação total da mesma. Quanto maior, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 101 e 130%: Elevada.
- b) Entre 61 e 100%: Normal.
- c) Entre 10 e 60%: Mínima.

Índice da Entidade	
31/12/2016	31/12/2015
254%	353%

$$\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL LONGO PRAZO}}$$

ENDIVIDAMENTO

1) Índice de Endividamento a Curto Prazo

Objetivo

Medir a capacidade da entidade em saldar seus compromissos financeiros e dívidas a curto prazo. Portanto, quanto maior for o índice, pior é a situação da entidade.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 46 e 60%: Elevado.
- b) Entre 25 e 45%: Normal.
- c) Abaixo de 25%: Baixo.

Índice da Entidade	
31/12/2016	31/12/2015
24%	17%

$$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$



APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ

3) Índice de Endividamento Geral

Objetivo

Avaliar se a entidade está operando com dívidas de terceiros em demasia, bem como o nível de risco do negócio. Quanto maior o endividamento geral, maior o risco.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 71 e 100%: Elevado.
- b) Entre 51 e 70%: Normal.
- c) Entre 31 e 50%: Nível de Endividamento abaixo da média.
- d) Entre 0 e 30%: Nível de Endividamento baixo (que pode significar uma administração pouco dinâmica).

Índice da Entidade	
31/12/2016	31/12/2015
28%	22%

$$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

4) Índice de Capitalização

Objetivo

Avaliar se a entidade possui recursos próprios suficientes para sua segurança financeira. Quanto maior for o índice, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Acima de 71%: Nível excelente de capitalização.
- b) Entre 51 e 70%: Bom.
- c) Entre 30 e 50%: Regular.
- d) Abaixo de 30%: Nível baixo de capitalização.

Índice da Entidade	
31/12/2016	31/12/2015
71%	78%

$$\frac{\text{PATRIMÔNIO SOCIAL}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$



APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ

5) Índice de Investimentos do Patrimônio Social

Objetivo

Indica o volume de recursos do Patrimônio Social que estão aplicados no Ativo Permanente.

Índice da Entidade	
31/12/2016	31/12/2015
71%	71%

ATIVO PERMANENTE
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

OBSERVAÇÕES: Lembramos que os parâmetros de avaliação, são meramente didáticos, e podem estar fora da realidade do mercado brasileiro, principalmente quando devem ser comparados com os índices de cada setor específico da economia nacional.

A. S.



APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

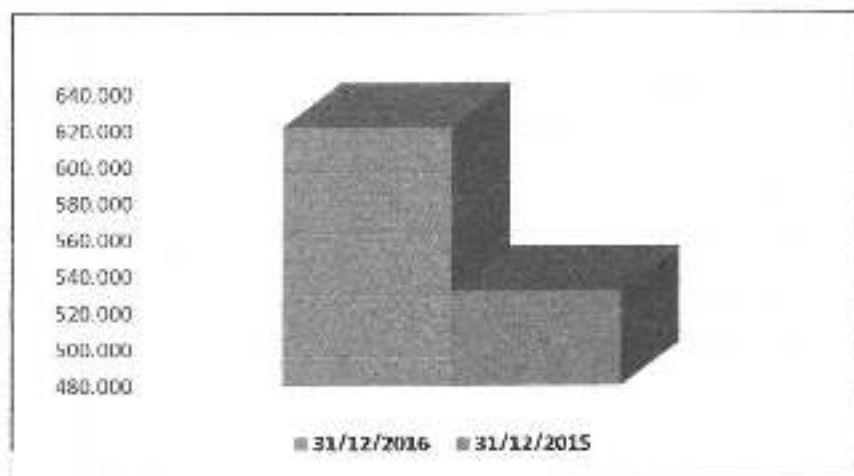
CNPJ nº 71.869.358/0001-01

ANÁLISE DAS EVOLUÇÕES DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Período Base: 31/12/2016

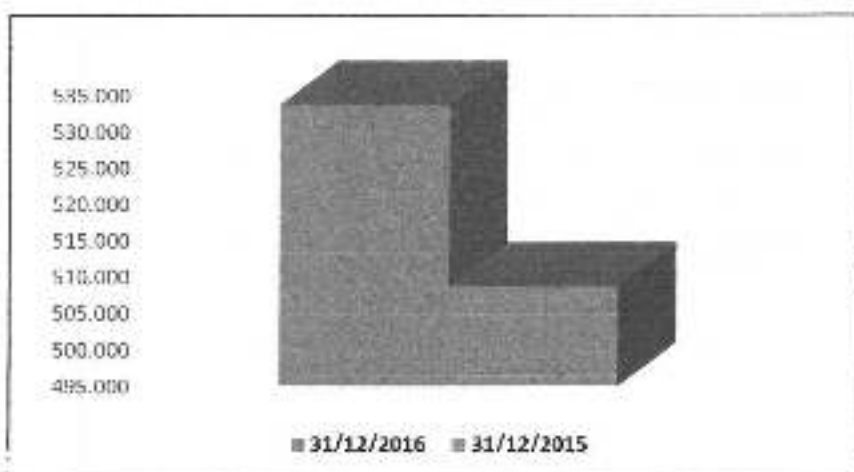
Comparativo: 31/12/2015

EVOLUÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE



Valores em Reais	
31/12/2016	31/12/2015
621.363	532.455

EVOLUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES IMEDIATAS



Valores em Reais	
31/12/2016	31/12/2015
533.546	508.684

M.



APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

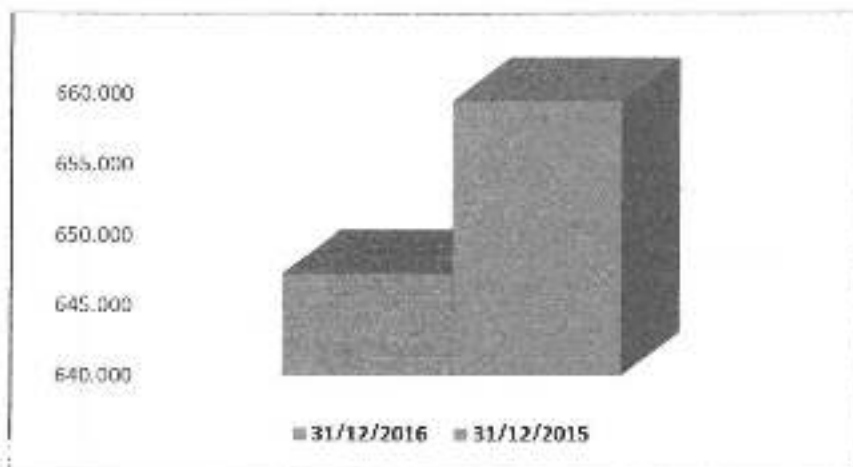
CNPJ nº 71.869.358/0001-01

ANALISE DAS EVOLUÇÕES DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Período Base: 31/12/2016

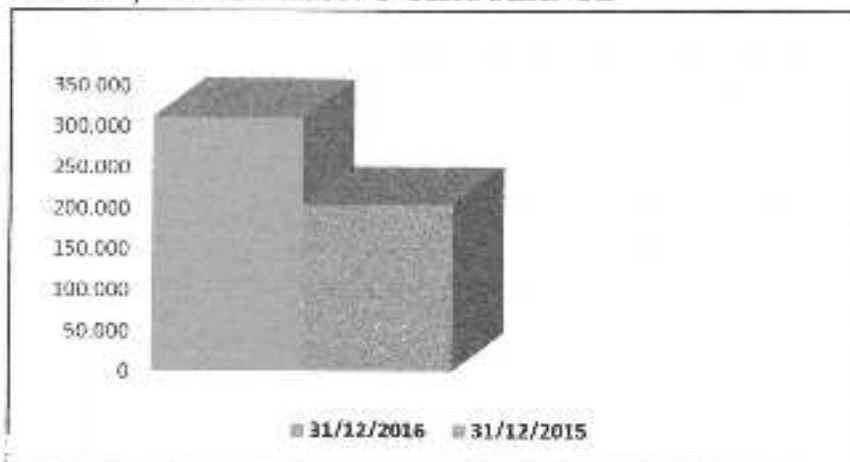
Comparativo: 31/12/2015

EVOLUÇÃO DO ATIVO PERMANENTE



Valores em Reais	
31/12/2016	31/12/2015
647.239	659.395

EVOLUÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE



Valores em Reais	
31/12/2016	31/12/2015
309.763	203.076

Handwritten signature or initials.



APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

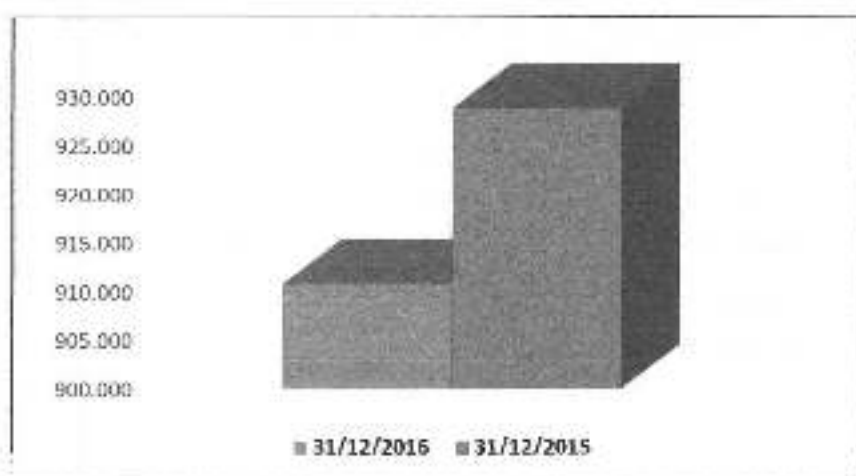
CNPJ nº 71.869.358/0001-01

ANÁLISE DAS EVOLUÇÕES DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Período Base: 31/12/2016

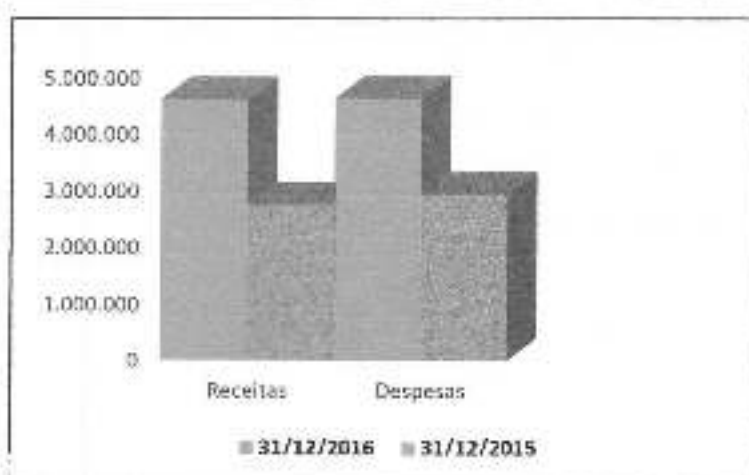
Comparativo: 31/12/2015

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL



Valores em Reais	
31/12/2016	31/12/2015
910.839	928.774

COMPARATIVO DO RESULTADO OPERACIONAL



Valores em Reais		
	31/12/2016	31/12/2015
Receitas	4.603.244	2.739.111
Despesas	4.613.523	2.918.741



APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ nº 71.869.358/0001-01

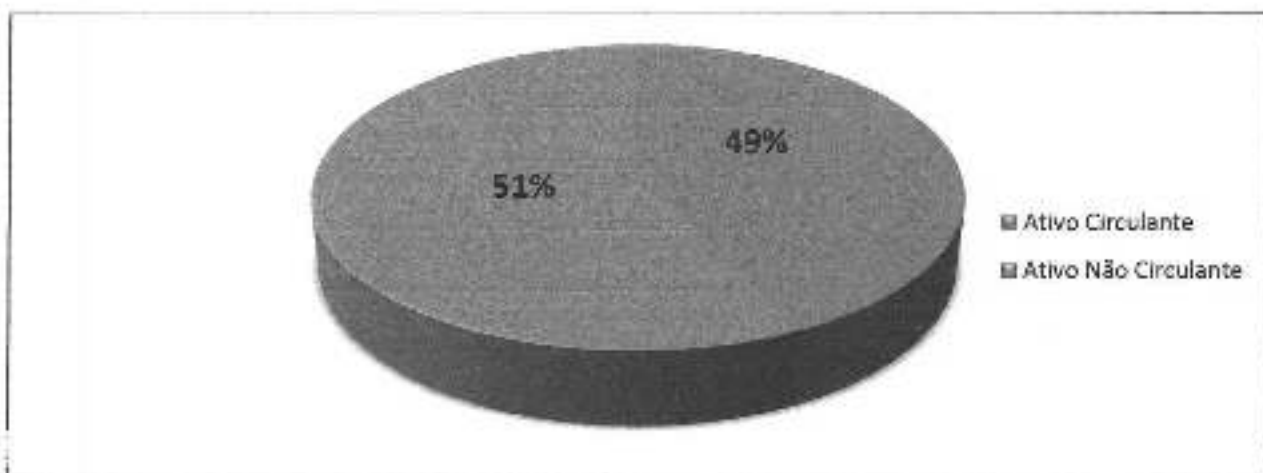
ANÁLISE DAS EVOLUÇÕES DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Período Base: 31/12/2016

Comparativo: 31/12/2015

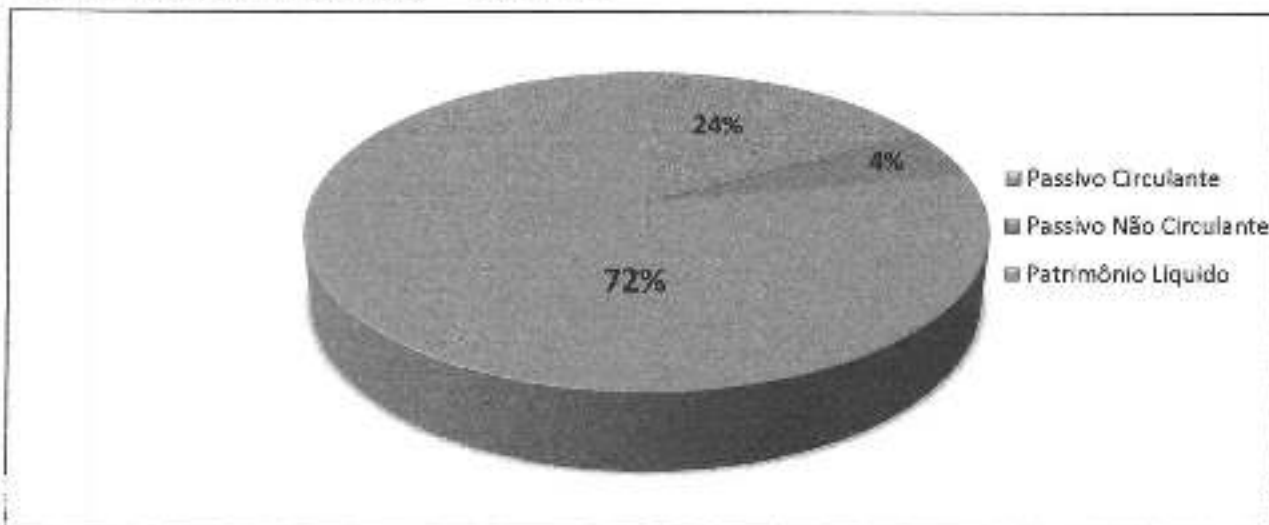
PARTICIPAÇÃO DOS COMPONENTES DO ATIVO (%)

Total do Ativo em R\$ (100%) = **1.268.602**



PARTICIPAÇÃO DOS COMPONENTES DO PASSIVO (%)

Total do Passivo em R\$ (100%) = **1.268.602**



A.: